

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Gazete de Sergipe

Class.: 108

Data: 25/03/88

Pg.: \_\_\_\_\_

**Evaldo Campos sofre  
ameaça de morte por  
telefonema anônimo**

O procurador geral da República em Sergipe, Evaldo Campos, foi ameaçado ontem de morte através de um telefonema anônimo atendido pelo seu filho, o estudante de curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe, Fabrício Campos, às 16 horas, em sua casa. Preocupado com o que classificou de "apenas uma advertência", o procurador comunicou o fato ao Departamento de Polícia Federal (DPF) e disse à imprensa suspeitar de que a ameaça partiu do fazendeiro Jorge Pacheco, em consequência de ação de desapropriação movida por ele para que os índios da tribo Xocó passe a assumir a propriedade das fazendas Caiçara e Belém, hoje nas mãos de Pacheco e de João Brito, respectivamente, e que os índios também se dizem proprietários.

Evaldo Campos solicitou a Polícia Federal a presença de seus agentes na próxima segunda-feira no município de Porto da Folha, onde estão localizadas as fazendas, para acompanhar a remarcação que será feita por funcionários da Fundação

Nacional do Índio (Funai). Segundo ele, as terras pertencem historicamente a tribo, hoje formada por cerca de 150 famílias. Desde o início da semana que correm boatos em Aracaju dando conta de que Jorge Pacheco não iria permitir a entrada dos funcionários da Funai na área e que para tanto teria contratado pistoleiros com esta finalidade.

As terras das fazendas Caiçara e Belém são disputadas pelos índios Xocó há mais de oito anos com maior intensidade. Na verdade a luta pelo direito de posse da área foi encaminhada pelos índios há mais de 50 anos. Há cerca de quatro meses, armados, os Xocó ocuparam as fazendas, mas foram expulsos da área por determinação do juiz de direito de Porto da Folha, Francisco Novais. Preocupado com a possibilidade de surgimento de novos conflitos, Evaldo Campos entrou com ação de desapropriação, junto à Justiça Federal, que ontem pela manhã intimou Jorge Pacheco e João Brito para discutir o processo de desapropriação.